**Uma noiva com véu esconde as impurezas: A origem do Estado democrático em Moçambique**

**Jorge Azevedo Zamba**

[Jorgezamba1991@gmail.com](mailto:Jorgezamba1991@gmail.com)

Discutir sobre a natureza do Estado democrático em África, implica também analisar o período da luta de libertação e pós-independência. Os movimentos de libertação que estiveram no processo de luta contra o colonialismo em África, são os mesmos que, quando conquistaram a independência, transformaram-se em partidos políticos. O monopartidarismo ganhou ímpeto e a euforia da maioria da população permitiu com que estes partidos implementassem regimes baseados nos ideiais autoritários. Não se pode insolar os acontecimentos anteriores a década de 1980 porque, em parte, são resultantes das responsabilidades políticas, econômicas e sociais impostas pela Frelimo no período imediatamente posterior a independência. Moçambique pós-colonial reproduziu algumas ideologias que se afirmava afincadamente eliminar.[[1]](#footnote-1) Primeiro, as Cidades de Lourenço Marques, actualmente Maputo e Beira eram tidas como espaços restritos e destinados aos colonos. A presença dos negros era diminuta e devia ser justificado com base num documento (guia de marcha), no Moçambique independente. Esta restrição levou a várias ofensivas contra a população que era considerada reacionária ou improdutiva. Um dos exemplos é Operação Produção, uma ofensiva cujo principal objectivo era fazer uma limpeza social da cidade, coagindo aos que, supostamente eram conotados como improdutivos para Cabo Delgado e Niassa.[[2]](#footnote-2) Houve também Campos de Reeducação onde, André Matsangaisa, primeiro líder da Renamo foi enviado sob acusação de corrupção.

Indubitavelmente, nenhum acadêmico questionaria o valor da independência completa de um país. Referimo-nos, concretamente, a transferência de poderes para um movimento ou partido político. No caso de Moçambique, a Frelimo é que tomou o poder em 1975 e, a partir deste período o país conheceu várias reformas estruturais que contrariavam todas políticas do colonialismo português. Não cabe as ciências sociais julgar os bons e maus, visto que estaríamos perante uma emissão de juízo de valor que, se quisermos ser mais rigorosos, daria mais campo ao senso comum. O facto é que a Guerra Civil que data de 1976 até 1992, a crise econômica na década 1980 que obrigou o governo a aceitar as condições das instituições da Breeton, (FMI e Banco Mundial) são feridas causadas pelo governo e também pela Renamo. Focamos nas causas internas porque apesar de ter havido uma causa externa para eclosão da guerra, o que fundamenta a guerra são as causas internas.[[3]](#footnote-3) Por exemplo, o surgimento da MNR (Resistência Nacional Moçambicana), mais tarde Renamo também está ligado a factores internos que levaram o país à guerra civil. Entretanto, vários acadêmicos argumentam que a Renamo foi rebelião criado pelo antigo regime de Ian Smith da Rodesia de Sul, como um movimento anti-Frelimo.[[4]](#footnote-4) Como sublinha Coelho, o regime da Ian Smith e o Apartheid ajudaram no financiamento.

Em Fevereiro de 1977, a Frelimo, na altura o movimento de libertação que levou Moçambique à independência, transformou-se num partido político e com pendor marxista-leninista. O facto de ter sido proclamado único partido político representante do povo moçambicano, conferiu-lhe uma posição de privilégio para tomar decisões políticas, sociais e econômicas. Portanto, é possível notar que os outros partidos que surgiram após a independência foram postas de lado. As linhas estratégicas do III congresso da Frelimo determinaram que a agricultura seria a base do desenvolvimento econômico do país. Não havia outra base que reunisse consenso político e econômico se não a agricultura. Primeiro, porque os outros sectores, tais como o trabalho migratório para as minas da África do Sul, um dos sectores que serviram de sustentáculo à economia colonial portuguesa, essencialmente na região sul do país, teve baixa para 43.000 trabalhadores, facto que contribuiu negativamente para a economia.[[5]](#footnote-5) A escolha deste sector agrário como base de subsistência pode ter diversas interpretações, o facto é que a maioria da população moçambicana praticava agricultura e a fertilidade do solo também foi um elemento condicionante. Na década de 1977, a Socialização do Campo, consistiu em formar cooperativas, onde as populações foram obrigadas a abandonar as suas zonas para produzir em colectivo. Por outro lado, criou-se Machambas Estatais.

Argumenta-se que a agricultura familiar foi puramente ignorada para dar lugar às Machambas Estatais.[[6]](#footnote-6) A obsessão em construir o Homem Novo, baseado, fundamentalmente em contrariar o capitalismo colonial, tornou as cooperativas com baixa produtividade e as machambas estatais tinham poucos trabalhadores mais, em contra partida, eram as que tinham mais investimento.[[7]](#footnote-7) A centralização do poder econômico, político e sócio-cultural criou desapontamento no seio da população. O projecto desenvolvimentista da Frelimo fracassou e a MNR, (movimento que surgiu após a independência com objetivo de contestar militarmente as ideologias da Frelimo) usou as populações descontentes como cordão umbilical para levar avante o seu projecto de desestabilização.[[8]](#footnote-8)

**Rastejando para os pés de FMI e Banco Mundial: fracasso do Socialismo?**

O Quarto Congresso da Frelimo, realizado em Abril de 1983, em parte, foi uma renúncia às estratégias traçadas em Fevereiro de 1977, no Terceiro Congresso. A Frelimo rasgou o projecto desenvolvimentista baseado no sector agrário tendo reconhecido que as machambas estatais e as cooperativas, principalmente, não tinham trazido resultados concretos à economia nacional. Por essa razão, o Estado devia reduzir a sua intervenção na economia.[[9]](#footnote-9) Este congresso foi um sinal claro de transição para o regime democrático, entretanto, há eventos históricos que decorreram em 1983, a Operação Produção, aprovação da lei de chicotadas.[[10]](#footnote-10) No que diz respeito à Operação Produção, Historiadores e outros acadêmicos das ciências sociais sugerem que, apesar de o projecto ter sido encabeçado pela Frelimo, não houve um dispositivo legal que clarificasse quem era classificado como improdutivo. O nosso artigo não versa sobre a Operação Produção e as suas sequelas e, por isso, limitaremo-nos em argumentar que o “pente fino" é um exemplo para evidenciar que a Frelimo preparava-se para recuperar a economia e não precisamente as suas ideologias herdadas durante a Luta de Libertação Nacional.

O outro factor que terá determinado para o fracasso do projecto da Frelimo é a Guerra Civil contra a Renamo. Foi mencionado antes que o surgimento da Renamo está relacionado ao Regime de Ian Smith, o mesmo, aliou-se aos dissidentes da Frelimo e outros militante que tinham servido para regime Colonial Português. Note-se que os ataques eram desencadeados nas cooperativas ou Campos de Reeducação e outros lugares que representavam interesse social e econômico do país.[[11]](#footnote-11) O acordo de Lancaster House, em 1979, e as eleições em 1980, conferiram ao ZANU a independência de Zimbabwe e a MNR perdeu um aliado. Inicialmente, o surgimento da Renamo não tinham nenhum objectivo político-partidário.[[12]](#footnote-12)

Perdido o apoio de Ian Smith, Renamo transfere-se para África do Sul. O apadrinhamento militar e ideológico do Regime de Apartheid incentivou a Renamo para ter também uma orientação política, e pela primeira vez, a Renamo teve um programa político. Portanto, dava-se os primeiros passos para que este movimento se tornasse num partido político.[[13]](#footnote-13) Pode-se, com isso, se afirmar que Afonso Dhlakama é o pai da democracia em Moçambique? Esta pergunta suscita uma reflexão acadêmica sobre vários factores endógenos e exógenos no processo de adopção do modelo democrático liberal em Moçambique. Todavia, discutiremos acerca dessse ponto na secção que se segue.

No que concerne às independências africanas, Patrice Lumumba considerava que os africanos não deviam se conformar com transferência do poder político. Os países já independentes deviam lutar pela independência econômica. De certo modo, a teoria de Lumumba veio a ser válida, pois (actualmente) a soberania dos Estados Africanos é questionável. Moçambique pós-independência torna-se inimigo incorrigível do Regime de Apartheid por dois motivos. Primeiro, economicamente, Moçambique era dependente da África do Sul, e o objectivo da Frelimo era reduzir essa dependência. É neste contexto que se forma a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC). Os países da região já independentes (Angola, Botswana, Lesotho, Moçambique, Malawi, Suazilândia, Tanzânia, Zimbabwe) acordaram elaborar políticas econômicas comuns para reduzir a dependência econômica, principalmente em relação a África de Sul.[[14]](#footnote-14)

Em segundo, formou-se a Linha da Frente com objectivos puramente políticos, ajudar os países que ainda estavam no jugo colonial ou outro sistema de opressão. No entanto, à semelhança do Regime de minoria branca de Ian Smith, o Apartheid estava atento aos Movimentos de Libertação e consequentemente da sua ambição política. Portanto, as ofensivas feitas pelo Apartheid na região enquadram-se na Estratégia Total, dirigido por P.W. Botha.[[15]](#footnote-15)

O apoio do Regime de Apartheid à Renamo fortificou o seu arsenal assim como o recrutamento dos militantes às fileiras.[[16]](#footnote-16) Estes e outros factores, (A fuga de quadros e saída massiva dos portugueses, sabotagem de máquinas, etc) conduziram o país à bancarrota. A Planificação Centralizada, baseada no Marxismo-leninismo foi posta em causa.

Com a implementação do PRE em 1987 (Programa de Reajustamento Estrutural), nota-se uma viragem econômica e política. Com a ratificação deste programa imposto pelas instituições da Bretton Wood (FMI e Banco Mundial), Moçambique devia liberalizar o mercado.[[17]](#footnote-17) É inegável que a Frelimo reconheceu que o plano socialista tinha falhado, o Quarto Congresso é a prova inequívoca de que já se traçava novas estratégias para tirar Moçambique do naufrágio econômico. Todavia, o programa acima mencionado serviu como veículo para reformas políticas e econômicas. Exemplo, três anos após implementação do PRE, em 1990, houve nova constituição que, teoricamente, eliminou a partidarização do Estado.[[18]](#footnote-18)

Roesch, (1988,1-6) argumenta que Moçambique ratificou as imposições do FMI e do Banco Mundial e implementou-as. Entretanto, Roesch chama atenção na interpretação e discussão da paternidade do PRE, pelo facto de o governo moçambicano ter submetido um documento com possíveis reformas estruturais para negociar. Segue-se algum trecho do documento elaborado pela Frelimo em Junho de 1987 que, em parte, reivindica a paternidade de PRE:

*O Comitê Central do Partido Frelimo analisou profundamente a situação da crise econômica que vivemos na República Popular de Moçambique e exigiu a elaboração de programa de acções para travar o agravamento da crise e iniciar a reabilitação dos sectores fundamentais da nossa economia.*

*Este programa de acções é materializado no PRE- Programa de Reabilitação Econômica, que visa fundamentalmente:*

*- Travar a crise econômica do país, restabelecer o funcionamento normal da economia e recuperar até 1990 os sectores vitais da economia.*

*- Reduzir gradualmente a crise financeira que o país atravessa, a dívida do Orçamento Geral do Estado e as dívidas das empresas.*

Castelo-Branco, argumenta que tanto PPI (Plano Prospectivo Indicativo) e PRE foram implementadas sem ter consideração a realidade Moçambique, facto que determinou para o seu fracasso na economia.[[19]](#footnote-19) Entretanto, há que reconhecer que, sob ponto de vista socioeconômico, o PRE provocou uma viragem jamais vista no período pós-independência em Moçambique.

**Os anos 1990 e os ventos de mudança**

No cômputo geral, a década 1990 marca uma viragem política e econômica para África. Como sublinha Ana Maria Gentilli, os países subdesenvolvidos sofrem com as transformações sociais, políticas e sobretudo econômicas dos países do centro ou do primeiro mundo. A queda do Muro de Berlim foi um marco histórico para a queda do Socialismo no mundo. Apesar de ter prevalecido algumas práticas de pendor socialista, os países africanos aderiram ao regime democrático para salvar a economia nacional.

Este trabalho não faz análise comparativa entre socialismo e democracia, mas, em parte, o fracasso do socialismo em Moçambique não está associado às fragilidades deste sistema. Por exemplo, a abertura do mercado nos finais da década 1980 não foi capaz de resolver na íntegra os problemas sociais e econômicos causados pelo PPI. Como sublinhou Castelo-Branco, o governo (sempre) implementou reformas sem analisar as raízes do problema.

Qual é o indivíduo certo para confiar o destino de um país? É um dilema responder a esta pergunta porque, como sugeriu Frederic Hayek (2010:139), os mais honestos podem não ser pró-democráticos ou não gostar da política. Eça de Queiroz, por sua vez, compara os políticos com fraldas e, por essa razão é preciso mudar sempre. No caso específico de Moçambique é uma incógnita pensar na mudança de regime, pois apesar de o Estado ser democrático, ainda não houve alternância do poder.

A nível da África Austral, Botswana tem sido atribuído “troféus” por parte de alguns acadêmicos que afirmam que, desde 1966 há eleições regulares naquele país. Não obstante, há um notável crescimento da sociedade cívil e partidos da oposição, outrossim, o BDP, (Botswana Democratic Party) partido que conquistou a independência, continua no poder. [[20]](#footnote-20) O mesmo se sucede com Frelimo em Moçambique, MPLA em Angola, ZANU no Zimbabwe. Desde a independência, estes países tem vindo a controlar o destino do país. A narrativa de heroísmo durante prevalece nos discursos oficiais destes partidos.

A introdução do PRE, a nova constituição de 1990, o Acordo Geral de Paz, assinado a 4 e Outubro e as eleições gerais de 1994 são marcos importantes na história da democracia em Moçambique. Mas estes momentos não escaparam ao controlo ideológico da Frelimo. O mesmo acontece com os feriados nacionais que indubitavelmente visam manter a hegemonia da Frelimo.[[21]](#footnote-21)

Antes propusemo-nos a discutir sobre quem trouxe a democracia em Moçambique. No debate público há contradição, pois um grupo aponta Alberto Joaquim Chissano com um líder polity, que conseguiu convencer um movimento rebelde (Renamo) através de uma negociação que culminou com o Acordo Geral de Paz em 1992.[[22]](#footnote-22) Este grupo ignora os outros eventos ou actores envolvidos no processo, nomeadamente: a implementação do PRE que, em parte, obrigou o governo a fazer reformas políticas e econômicas, o envolvimento de Igreja Católica e a pressão da Renamo para a despartidarização do Estado. O ponto acima mencionado leva o segundo grupo a argumentar que sem existência da Renamo em Moçambique, não haveria democracia. Este debate público é importante para examinar o mudus-operand do Estado, mesmo com a implementação do regime democrático. Todavia, é imprescindível o questionamento deste debate. Quem são os actores Pró-Chissano e Pró-Dhlakama? Qual o seu objectivo? Este exercício de questionamento pode, nalgum momento, contribuir para entender a raiz do problema. À semelhança dos outros actores envolvidos no processo de Acordo Geral de Paz, Afonso Dhlakama desempenhou um papel de relevo que culminou com AGP. Mas as pressões feitas ao governo durante a guerra civil e nas negociações da AGP, não são suficientes para se afirmar que é pai da democracia em Moçambique. Aliás, antes da assinatura deste acordo, o governo tinha uma nova constituição que, por sinal, Dhlakama veio a exigir a sua revisão.[[23]](#footnote-23)

De acordo com Rocca, o AGP, consistiu, essencialmente, em estabelecer a paz e a democracia em Moçambique. Para o feito, acordou-se o cessar-fogo, desmobilização e as zonas de guerra deviam ser desmilitarizadas.[[24]](#footnote-24)

A violação ou não do AGP nos últimos anos, exige dos acadêmicos um exame minucioso sobre os protocolos que serviram de bússola até à realização das primeiras eleições democráticas em 1994. Feito este exame, cabe aos mesmos analisar eventos subsequentes à AGP. Um livro produzido pela AWEPAA, (1992:9-67) menciona os protocolos do acordo:

Protocolo I

Dos princípios fundamentais

Protocolo II

Dos critérios e modalidades para a formação dos partidos políticos

Protocolo III

Dos princípios da lei eleitoral

Protocolo IV

Das questões militares

Protocolo V

Das garantias

Protocolo VI

Do cessar fogo

Protocolo VII

Da conferência de doadores

Mesmo com a assinatura do AGP, o desentendimento entre a Renamo e o governo é visível. Para garantir o cumprimento do acordo, foram criadas comissões que viriam a operar para a desmobilização, cessar fogo (CCF) e reintegração (CORE).[[25]](#footnote-25) Para além da desconfiança mútua entre ambas as partes, vários acadêmicos argumentam que a falta de acessibilidade nas vias, água e outras infraestruturas fez com que os observadores e militares da ONUMOZ não executassem eficientemente o plano.[[26]](#footnote-26)

Não seria uma especulação afirmar que uma das causas do impasse político e militar entre o Governo e a Renamo, é evidentemente a questão da desmobilização. Este facto, em parte, deve-se ao incumprimento ou nuances do AGP. Este acordo foi conduzido num ambiente de desconfiança política e note-se que Afonso Dhlakama, antes e depois acordo mostrava-se relutante.[[27]](#footnote-27)

**Referências**

Adam, Yossuf. *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca de leonardo: Trajectória de Moçambique Pós-colonial* (1975-1990). Promédia, Maputo, 2006.

Awepaa, *Acordo Geral de Paz em Moçambique*. 1992

Castelo-Branco, Nuno. *Opções Econômicas de Moçambique 1975-97: Problemas, Lições e Ideias Alternativas.* Janeiro, 1995

Coelho, João Paulo Borges. *A Literatura Quantitativa e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique* (1976-1992).

Coelho, João Paulo Borges. *Início da Luta Armada em Tete, 1968-1969: Primeira fase da guerra e a reacção da guerra*. Maputo, Setembro, 1989.

Coelho, João Paulo Borges & Vines, Alex. *Demobilization and Rea-integration of ex-combatant in Mozambique*. Oxford, 1994

Cowen, Michel & Laakso, Liisa, ( Ed). Multi-Party Elections in Africa.

Dinerman, Alice. *Moçambique depois do Socialismo, a independência revisitada.* Setembro, 2007

Directivas sobre a mobilização na área econômica. Boletim da célula, Número 37, Junho, 1987, P. 17-19

Egerö, Bertil. *Moçambique: Os primeiros dez anos da construção da democracia*. Fevereiro, 1992

Hall, Margaret & Young, Tom. *Mozambique since independence: Confronting Leviathan*. London, 1997

Hanlon, Joseph. *Beggar your neighbous, Apartheid power in southern África.* 1986

Hanlon, Joseph. *Mozambique: The Revolution Under Fire*. London, 1984.

Harrinson, Graham. Mozambique: An unsustainable democracy: Review of african political economy. Número 61, 1994

Hayek, Frederic. *O Caminho da Servidão*. 6 edição, São Paulo, 2010.

Otto, Roesch. *Economic Reform in Mozambique: Notes on Stabilization, War and Class Formation.* November, 1988.

Matsinhe, Zefanias. *Partidos Libertadores na África Austral: Reflexão sobre os desafios para Moçambique. 2017*

Minter, William. *Os Contras do Apartheid*. Arquiva Histórico de Moçambique, 1998.

Rocca, Roberto. *Moçambique, Da Guerra à Paz: História de uma reconciliação insólita.* Livraria Universitária, Maputo, 1998.

ONU. The United Nations and Mozambique, 1992-1995.

Vines, Alex. *Renamo: Terrorism in Mozambique.* London, 1991.

Wuyts, Marc & O'Laughlin Bridget. *A questão agrária em Moçambique*. In: Estudos Moçambicanos 3, Maputo, 1981.

1. Matsinhe, 2017:61 [↑](#footnote-ref-1)
2. Quembo, 2017:55-56 [↑](#footnote-ref-2)
3. Coelho, 3-7 [↑](#footnote-ref-3)
4. Ver Vines, 199:17, Cahen, 1987:17, Minter, 1998:41-43 [↑](#footnote-ref-4)
5. Egerö,1992:103 [↑](#footnote-ref-5)
6. Hanlon (1984:95) [↑](#footnote-ref-6)
7. Ver O'Laughlin, 1981:9-32 e Wuyts:1981: 33-44. In Estudos Moçambicanos 3 [↑](#footnote-ref-7)
8. Adam, 2006:371 [↑](#footnote-ref-8)
9. Egerö:1992:127-127 [↑](#footnote-ref-9)
10. Ver Matsinhe, 2017: 63 [↑](#footnote-ref-10)
11. Renamo was still, to all intents and purposess, only Rhodesian, anti-frelimo fifth column operating in Mozambique. It relied entirely on Rhodesian aid for survival. It frequently operated as part of the operations of the Selous Scouts or other branches of the Rhodesians forces. But, by late 1977, its role had became more clearcut: it was to “sabotage", to disrupt the population and disrupt the economy of Mozambique. (Vines,1991:16) [↑](#footnote-ref-11)
12. Minter, 1994: 43, Hall & Young, 1997:120 [↑](#footnote-ref-12)
13. The Rhodesians had given Renamo no encouragement or opportunity to establish na independent political profile, continuing to publicise the activities of existing political groups in exile Lisbon, even after Renamo’s formation as a military unit in 1976. By contrast the South Africans promoted the development of a political structure and image. (Hall & Young, 1997: 131) [↑](#footnote-ref-13)
14. Hanlon, 1986:131, Adam, Davies & Dlamini, 1981:72-73. In: Estudos Moçambicanos 3 [↑](#footnote-ref-14)
15. Minter,1994:48 [↑](#footnote-ref-15)
16. It has been estimated that, by 1981, between 6,000 and 7,000 rebels were active in Mozambique, a much higher number than under Rhodesian management. (Vines, 1996:19) [↑](#footnote-ref-16)
17. Harrison: 1991: 429-432 [↑](#footnote-ref-17)
18. idem [↑](#footnote-ref-18)
19. O PPI e o PRE/PRES foram incapazes de resolver o problema entre o estado, o mercado e a economia como um todo: na primeira opção, o estado era o único agente econômico positivo e era concebido como ser omnipotente. Na segunda, o estado era inimigo a afastar, sem reconhecer que, para impor mercados livres, é necessário estado tão forte quanto para intervir extensiva e eficientemente. Castelo-Branco, ( 1995) [↑](#footnote-ref-19)
20. Cowen & Laakso, 1991: 50-55 e Matsinhe, 2017: 61-62 [↑](#footnote-ref-20)
21. Ver Matsinhe, 2017: 69 e Dinerman, 2007:108 [↑](#footnote-ref-21)
22. Ver Notícias, 4 de Outubro de 1994 [↑](#footnote-ref-22)
23. Rocca, 1998:209 [↑](#footnote-ref-23)
24. Idem:246-247 [↑](#footnote-ref-24)
25. AWEPAA, 1992: 43 [↑](#footnote-ref-25)
26. ONU, 39 [↑](#footnote-ref-26)
27. Rocca, 1998:239 [↑](#footnote-ref-27)